

TROCA DE ACUSAÇÕES

Petista acusa Campelo de fraude no Orçamento

A troca de denúncias se intensificou na campanha pelo governo do Distrito Federal. O deputado Chico Vigilante (PT-DF) acusou ontem o candidato a governador pelo PTB, senador Valmir Campelo, de envolvimento com a máfia do Orçamento e com obras superfaturadas. Na véspera, Campelo havia acusado Gladys Pessoa de Vasconcelos Buarque, mulher do candidato a governador pelo PT, Cristóvam Buarque, de ter sido contratada pela Câmara dos Deputados, em 1984, em um "trem da alegria" patrocinado pelo deputado Fernando Lyra (PSB-PE).

Vigilante divulgou documentos de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na Escola Técnica Industrial de Taguatinga, cuja obra teria sido superfaturada em 100%. A obra, iniciada em 1989 e inacabada, tirou dos cofres públicos US\$ 7,9 milhões. Desse valor, US\$ 2,46 milhões foram garantidos por emenda ao Orçamento de 1992 assinada por Campelo. "A obra está no esqueleto até hoje e desde 89 estão enterrando dinheiro nela", disse Vigilante.

A assessoria de Campelo contestou ontem à noite as acusações, afirmando que a CPI do Orçamento nada encontrou que incriminasse o senador. Segundo a assessoria, as emendas apresentadas por Campelo foram legais e as denúncias do deputado petista estão baseadas em documentação "suspeita".

A mulher de Buarque não respondeu às acusações de Campelo. O presidente do PT de Brasília,

deputado distrital Geraldo Magela (DF), saiu em defesa de Gladys. Segundo ele, sua contratação ocorreu numa época em que não se exigia concurso público para ingressar nos quadros funcionais da Câmara.

Gladys é contratada da Biblioteca da Câmara, função da qual está licenciada sem remuneração desde o dia 10 de julho. O pedido de licença é de dois anos. Até julho ela recebia salário mensal de R\$ 1,6 mil. Fernando Lyra nomeou diversos outros funcionários no mesmo ato em que deu

emprego para Gladys, que é pernambucana como ele. O próprio Cristóvam chegou a ser assessor de Lyra no Ministério da Justiça, no governo do presidente José Sarney.

O artifício para a contratação efetiva de Gladys pela Câmara dos Deputados foi dado pela resolução nº 103, de 3 de dezembro de 1984, assinada pelo então presidente da Casa, Flávio Marçílio. De acordo com essa resolução, os funcionários que ocupavam cargo de assessor legislativo e administrativo e do grupo de direção e assessoramento superior poderiam requerer o ingresso no quadro permanente da Câmara até 15 dias após a assinatura da resolução. O artigo 5º dessa resolução determinou que metade dos empregos da classe inicial de assessor legislativo seria preenchida por concurso público e metade por ascensão funcional. O requisito para a entrada era, além do concurso, o diploma ou certificado de conclusão de curso superior. Gladys é formada em Ciências Sociais.

Campelo nega acusação. Mulher de Buarque foi contratada pela Câmara sem concurso.